

A HISTÓRIA POLÍTICA NO CAMPO DA HISTÓRIA CULTURAL

Maria de Fátima Silva Gouvêa*

RESUMO

A História Política, após um período de considerável abandono, revive hoje uma importante fase de recuperação de sua produção. Não apenas clássicos de outras épocas estão sendo revisitados, como também uma geração de novos trabalhos no campo da História Cultural tem surgido como resultado desse movimento. Uma nova *anatomia do poder* tornou possível uma releitura do processo de surgimento do Estado Moderno, agora não mais entendido como a única forma de expressão da estrutura política da moderna *sociedade disciplinar*.

Palavras-Chaves: Poder, Política, Cultura

Ao longo do século passado e início deste século, a história política era tida e entendida mais como uma espécie de história militar ou diplomática do que qualquer outra coisa. A dimensão política era então admitida essencialmente a partir e através do Estado. Uma história que por um lado centrava-se nas batalhas, nas guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados.

Para Peter Burke, este foi o primeiro conjunto de características da história “tradicional” - ou seja, do “*paradigma* tradicional” definido

*. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói/RJ.

como a “história rankeana”, conforme bases estabelecidas pelo historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886) - contra a qual, entre outras, se insurgirá mais tarde a *Nova História*¹.

É a partir da década de 1920 que assistiremos o início de uma crítica mais sistematizada a esta história “tradicional”, crítica essa que será implacável especialmente em relação à história política, definida nos moldes de então. Cabe lembrar que esta crítica se realizou através de duas vertentes principais. A primeira seria constituída na França a partir dos anos 20 pela crítica dos *Annales* à essa história “tradicional”. Lucien Febvre e March Bloch deram então início a uma nova produção historiográfica, movimento esse hoje denominado como a *Nova História*. A partir de então, a história deslocava seu foco fundamental de análise para aspectos relativos à atividade humana em seu sentido mais pleno. Jacques Revel afirma que a grande novidade da década de 1930 seria justamente a reorganização das ciências sociais na França em torno da história, que passaria por um processo de reconstrução de seu objeto de estudo, constituído a partir de então pelo próprio homem². Não mais, portanto, o estudo dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas, senão o estudo dos processos relativos à figura e à ação humana no plano das *massas anônimas*.

A segunda principal vertente dessa crítica à produção historiográfica do século XIX foi definida pela historiografia marxista, que a despeito da importância do *Dezoto de Brumário* escrito por Karl Marx naquele contexto anterior, havia declarado guerra particularmente à história política produzida até então. O econômico surgia como o elemento determinante e definidor das relações de produção, chave fundamental para a análise e compreensão das relações entre os homens no interior da sociedade, o objeto central de estudo.

Vale destacar ainda que a crítica à História Política, em termos mais amplos, seria ainda composta por uma terceira vertente propondo um novo olhar das ciências humanas na década de 1970. Período esse marcado pela ação “devastadora” de Michael Foucault nesse campo mais específico do “fazer história”. Alguns autores têm dedicado tempo e esforço na análise da influência de seu trabalho sobre a historiografia

¹. BURKE, Peter. “Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História - Novas Perspectivas**. SP, Unesp, 1992. pp. 07-37. p. 10.

². REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa, Difel, 1989. p. 36.

como um todo. Destaca-se em especial os artigos de Paul Veyne, *Foucault revoluciona a história*, e de Roger Chartier, *O passado composto. Relações entre filosofia e história*³. Esses autores têm concordado com o fato de que a maior contribuição de Michael Foucault para as ciências humanas e para a história em particular centra-se no fato de que “ele não é dualista, não pretende opor a realidade à aparência”⁴. Fato esse que culmina com o irrompimento das descontinuidades no interior das ciências sociais. Nada mais seria tomado como algo *dado*, passando a se operar através de uma espécie de anti-método baseado em hipóteses e suposições *invertidas*. Como lembra Patricia O’Brien, ao substituir o conceito de repressão - marcado pela dualidade repressão/resistência - pelo o de normalização, Foucault estabelecia os contornos daquilo que pode ser entendido como o seu método de trabalho⁵. Nesse sentido, a própria maneira como o autor discute esse conceito de normalização demonstra em si mesma a metodologia de Foucault - aquilo que ele chamou de genealogia. Isso se constituía em algo até bastante simples, o “reconhecimento e justaposição de diferenças na busca da manifestação do poder que permeia todas as relações sociais”⁶. Daí sua insistência não na busca de origens, mas sim na busca de começos, na medida em que origens implicariam causas, enquanto que começos implicariam diferenças. Este seria o método de Foucault, apesar da insistência de muitos autores em afirmar que ele não exibiria nenhum método no desenvolvimento de suas análises. Jacques Revel lembra que a partir de Foucault a construção do saber na área de ciências sociais passou a ser caracterizado pela estratégia de construção de “unidades parciais, locais, definidas”. O homem passou de figura central a objeto transitório, datado. Trata-se pois “de confrontar práticas e medir desvios em relação à construção de objetos particulares em seqüências limitadas em vez de reconciliar abordagens diferentes numa abordagem única”⁷.

³. Textos publicados nos livros de VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 2 ed. Brasília, Unb, 1992. pp. 149-181, e de CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1987, pp. 69-89.

⁴. VEYNE, Paul. *Op cit.* p. 181.

⁵O’BRIEN, Patricia. “Michael Foucault’s History of Culture”. In: Hunt, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992. pp. 25-46.

⁶. *Ibidem.* pp. 37-38.

⁷. REVEL, Jacques. *Op cit.* p. 38.

Apesar de não ser este o local em que se pode devidamente analisar a obra de Michael Foucault face os limites inevitáveis desse artigo, cabe entretanto lembrar e reforçar os aspectos mais revolucionários de sua obra, que irá possibilitar o surgimento de uma nova concepção acerca da *anatomia do poder*⁸. Para ele, não se trata mais de fazer uma análise do Estado e de “seus aparelhos”. Muito pelo contrário, adere-se a uma percepção do poder enquanto uma estratégia que faz com que o Estado se desmantele, abolindo definitivamente a idéia de um centro que fosse capaz de coordenar ou tecer sozinho a malha do poder que se abateria sobre a sociedade. Não mais o Estado tão somente, mas os *micro-poderes descontínuos e dispersos* no interior da sociedade - micro-poderes esses que nada mais são do que partes constitutivas dessa mesma sociedade. Cabe salientar que Foucault não está tão preocupado com a análise desses micro-poderes pura e simplesmente, senão fundamentalmente, com o estudo das relações que se estabelecem entre eles. Seria, portanto, através do processo de interligação entre esses múltiplos focos de poder que o próprio *poder* - que para Foucault não existe enquanto tal, mas apenas através das relações entre os corpos, entre os *micro-poderes* - se difundiria no interior do corpo social. A *sociedade disciplinar* é algo que escapa ao Estado. Exemplo disso é a análise que o autor faz do panóptico, concebido por Jeremy Bentham em fins do século XVIII na Inglaterra⁹. Fundamental é perceber que se por um lado não há um sujeito em específico que defina esse novo exercício de poder - pois nada lhe pode escapar -, por outro lado, elimina-se a *dicotomia* que opunha mera e simplesmente opressor/oprimido. Seria essa, portanto, a contribuição filosófica e paradigmática fundamental dada por Foucault às ciências sociais da atualidade. Da mesma forma, seria essa a marca mais forte em termos de sua presença, mesmo que nas entrelinhas, nos textos e categorias de análise presentes na *Novíssima História* e na História Cultural da atualidade.

⁸. Para uma breve sùmula da obra de Michael Foucault veja o verbete “Foucault”, preparado por François Ewald, in: CHÂTELET, François; DUHAMEL, Oliver; e PISIER, Evelyne. **Dicionário de obras políticas**. RJ, Civilização Brasileira, 1993. Veja também um balanço da obra de Foucault em termos de sua contribuição para o surgimento da história cultural em: O'BRIEN, Patricia. *Op cit.* pp. 25-46.

⁹. Veja a terceira parte, capítulo III “O panoptismo”, in: FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões**. Petrópolis, Vozes, 1977.

Um último ponto com relação à obra de Foucault que deve ser aqui destacado é a questão mais precisa do “Estado em migalhas”, conforme indicado anteriormente. Aqui estaria localizada a crítica mais contundente de Michael Foucault à História Política como um todo. Ao tratar do **poder** mais especificamente, Foucault construiu uma espécie de **anti-história política**. Para ele o Estado é na verdade entendido e definido enquanto uma agência de poder dentre várias outras. Nesse sentido, seriam pelo menos duas as questões a ser consideradas. Uma é aquela relativa à própria natureza e ao papel do Estado nessa *sociedade disciplinar* foucaultiana do século XIX. A outra remeteria à relação desse estado “esmigalhado” com àquele outro, centralizado e centralizador, presente numa determinada leitura do poder e do político que constitui o cerne da História Política.

Como já apontado anteriormente, ao perceber o Estado como um “estado em migalhas”, Foucault não quis com isso destituir de qualquer papel esta importante agência de poder no interior da sociedade moderna. Mas entretanto, o autor é categórico ao afirmar que a teia de poder tecida nessa *sociedade disciplinar* não seria constituída por uma cadeia linear ou caracterizada por relações de dicotomia entre “centro e periferia”. A nova *microfísica do poder* gestada no interior dessa sociedade seria justamente marcada por novos e diferentes eixos de ligação entre o múltiplo e o singular. Relações essas que tinham com alvo e objeto o corpo, daí a base de uma microfísica do poder “celular”. O poder se constituía, assim, enquanto um *poder relacional*¹⁰. Para Foucault, os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Com relação às hierarquias, diz o autor que

O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos, eles se ‘sustentam’ [...] estas táticas foram inventadas, organizadas a partir de condições locais e de urgências particulares. Eles se delinearão por partes antes que uma estratégia de classe as solidificasse em amplos conjuntos coerentes.¹¹

¹⁰. FOUCAULT, Michael. *Op Cit.* 1977. 3ª. parte.

¹¹. Michael Foucault em entrevista com Jean-Pierre Barou e Michelle Perrot intitulada “O olho do poder”. In: FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 9 ed. RJ, Graal, 1990. pp. 221-222.

Conjuntos esses interligados numa articulação complexa através da qual diferentes mecanismos de poder buscam apoiar-se e manter suas especificidades. A eliminação da dicotomia governo/governados abre, assim, múltiplas formas de exercício de poder para além daquela do Estado. Nesse sentido, o Estado seria uma dentre várias células de poder, desempenhando papéis *determinados*, mas não *determinantes*, na medida em que todos os tipos de sujeito intervém numa dada constituição de um *dispositivo de poder*¹². Seria essa a diferença fundamental entre as duas noções de poder central aqui em questão. Para Foucault, a despeito do reconhecimento da importância do Estado enquanto uma das agências de poder político na sociedade moderna, seria ele apenas um dentre vários focos de poder que interligados formam uma dada *anatomia do poder*. Numa visão oposta, o Estado, agência fundamental do exercício do poder, e por isso equipado com determinadas instituições, seria aquele que daria forma à mecânica da relação entre o *governo* e os *governados*.

Seria justamente em termos dessa abordagem centrada nas descontinuidades e na eliminação das dicotomias que Michael Foucault teria inovado de forma radical, em favor do surgimento da *Novíssima História* enquanto uma tendência no interior da produção historiográfica. A ruptura por ele proposta nesses termos teria possibilitado condições mais fecundas e favoráveis, por exemplo, ao surgimento do conceito de *poder simbólico* de Pierre Bourdieu¹³ ou de *apropriação cultural* de Roger Chartier¹⁴. É importante reconhecer que para além de Roger Chartier, Paul Veyne e algumas poucas referências por parte de Jacques

¹². Veja em especial a p. 253 da entrevista de Foucault sobre a história da sexualidade, in: FOUCAULT, Michael. *Op cit.* (1990).

¹³. “Poder simbólico [...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem [...] que garante uma verdadeira transfiguração das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989. pp. 07-08 e p. 15.

¹⁴. “A história intelectual [...] deve estabelecer como centrais as descontinuidades que fazem com que se designem, se admitam e se avaliem, sob formas diferentes ou contraditórias, consonante as épocas, os saberes e os atos”. CHARTIER, Roger. *Op cit.* p. 65.

Revel, poucos são os autores que têm dado pleno reconhecimento a esse papel revolucionário de Foucault em relação às ciências humanas¹⁵.

Se por um lado as críticas à História Política deram margem a criação de matrizes de pensamento historiográfico, por outro, a preocupação com o político nunca havia desaparecido por completo da história do período em questão. Clássicos como *A cultura do Renascimento na Itália*¹⁶ de Jacob Burckhardt, publicado pela primeira vez na década de 1860, seria um dos importantes exemplos no século XIX de uma obra que escapava completamente aos ditames da história “tradicional” produzida naquele período. Este era um estudo “concentrado na história cultural e descrevendo mais as tendências do que narrando os acontecimentos”¹⁷. Já no século XX destaca-se o trabalho fundador de March Bloch intitulado *Os reis taumaturgos*¹⁸, publicado pela primeira vez em 1924. Trabalho fundador na medida em que ele constituiu num raro exemplo que demonstra a capacidade do historiador realizar uma história que é política, mas também cultural, social, buscando ainda estabelecer a relação de todos os elementos analisados com a dimensão mais ampla do social na história ocidental da Baixa Idade Média. Para Georges Duby, este trabalho fez de Bloch o “inventor, o fundador da antropologia histórica”¹⁹. Para Jacques Le Goff esta obra se constituiu na busca exemplar de “uma história total do poder em todas as suas formas e com todos os seus instrumentos”, favorecendo assim a retomada de uma historiografia política “renovada, uma antropologia político-histórica”, um marco para as gerações que se seguiram²⁰.

Nesse sentido, dois outros autores merecem destaque no interior da historiografia dos século XX. Na década de 1940 Norbert Elias produziu sua obra clássica intitulada *A sociedade de corte*. Na década seguinte na Inglaterra, Ernest Kantorowicz produziu seu estudo magistral sobre os dois corpos do rei²¹. Estes estudos constituem exemplos claros e preciosos não apenas da persistência de uma história política que ia de

¹⁵. Veja um balanço da obra de Foucault em termos de sua contribuição para o surgimento de uma nova história cultural em: O'BRIEN, Patricia. *Op cit.* pp. 25-46.

¹⁶. BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Brasília, Unb, 1991.

¹⁷. BURKE, Peter. *Op cit.* 1992. p. 18.

¹⁸. BLOCH, March. *Os reis taumaturgos*. RJ, Cia. das Letras, 1993.

¹⁹. *Apud* LARA, Marcos. “Presentación”. In: BLOCH, March. *Los reys taumaturgos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988. p.18.

²⁰. *Ibidem.* p. 19.

²¹. ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa, Estampa, 1987, e KANTOROWCIZ, Ernest. *The King's two bodies*. Princeton, 1957.

encontro a tendência maior da historiografia da época, mas também de uma história que se impunha como uma espécie de “ancestral” daquilo que hoje se define como a *Nova História Política*.

De um lado, ressalta-se a importância do processo de surgimento da *Novíssima História* no interior dessa *Nova História*, movimento historiográfico que toma corpo mais definido a partir de fins da década de 1970. Inicialmente, historiadores franceses liderados por Jacques Le Goff e Pierre Nora organizavam a famosa e prestigiosa trilogia *História: Novos Problemas, Novas Abordagens e Novos Objetos*. Mais tarde, a *microstoria* em Itália e o *anthropological mode of history* começavam a ser praticados por certos historiadores americanos²². Farta e densa é a bibliografia que tem tratado e analisado os vários marcos - as questões relativas às suas fontes, seus objetos e sujeitos - que pontearam o surgimento desse movimento historiográfico, assim como também as diferentes correntes que vieram a constituir tal movimento, não sendo aqui o momento nem o lugar de examinar tal problemática²³. Isso porque o que de fato importa no momento analisar mais detidamente não é tanto o “nascimento” da *Nova História*, porém o lugar da *Nova História Política* nesse contexto. Nesse sentido, vale destacar a importância de uma avaliação da expressão *Nova História Política* no interior do campo da História Cultural - parte integrante daquilo que se entende como *Novíssima História* -, apontando assim para uma retomada da História Política em termos de uma análise do Estado enquanto a instituição ou objeto fundamental do “político”.

Vários autores têm dedicado suas análises em favor de uma reavaliação da história política no contexto atual da historiografia. De um lado temos, por exemplo, a contribuição de Antônio Manuel Hespanha em Portugal, envolvido num trabalho de reatualização dos métodos e objetos pertinentes aos estudos relativos ao poder e às instituições políticas no interior da sociedade de Antigo Regime português²⁴. René

²². CHARTIER, Roger. *Op cit.* p. 77.

²³. Com relação as essas questões destacam-se em particular as análises de duas já citadas obras: a coletânea organizada por Peter Burke (versão original publicada na Inglaterra em 1991) e o livro organizado por Lynn Hunt nos Estados Unidos (lá publicado a primeira vez em 1989).

²⁴. HESPANHA, Antônio. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político - Portugal, séc. XVII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

Remond é outro autor que se coloca como grande expoente dessa corrente de preocupações no caso da França²⁵. A marca fundamental dessa corrente de estudiosos é a identificação de um campo específico do político, com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, assim como a inserção desse campo de conhecimento no interior da historiografia atual em uma perspectiva mais ampla. Preocupa-se com a “história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo de longa duração”²⁶. Cabe destacar a grande importância desses autores que insistem em enfatizar o lugar e o papel da História Política na atualidade da produção historiográfica, a despeito do persistente descrédito que ainda marca o estudo do político²⁷.

Dessa forma, a grande novidade da Nova História Política - se comparada com a aquela história “tradicional” do século XIX - encontra-se situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração e, fundamentalmente, em termos da abordagem de seu objeto. É o Estado, portanto, aquele que se situa no centro daquilo que constitui as preocupações fundamentais da Nova História Política. Mesmo quando se trata de um estudo sobre cultura política, essa “cultura” é aquela que envolve elementos relacionados ao Estado e as instituições de poder vinculadas à ele mais diretamente. Nesses termos, a ênfase em uma história das guerras ou das relações diplomáticas pura e simplesmente decaiu significativamente. Pensa-se agora em termos dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas enfim, fato que demonstra a vitalidade da ciência política no interior da produção historiográfica. Resgata-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se assim a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo.

É nesse sentido, que cabe destacar a ação inovadora recente de autores como Peter Burke, Jean-Marie Apostolidès e Emmanuel Le Roy

²⁵. REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996. Veja também o texto de sua conferência “Por que a história política”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7 (n. 13, 1994): 07-19.

²⁶. FERREIRA, Marieta Moraes. “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, (n. 10, 1992): 265-271, p. 268.

²⁷. *Ibidem*, p. 271. A propósito, ver também: FALCON, Francisco J.C. “A Identidade do Historiador”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 9, (n. 17, 1996): 07-17.

Ladurie, que privilegiando o Estado monárquico francês elaboram estudos exemplares no interior desse movimento em favor de uma nova história política²⁸. Nos dois primeiros exemplos, temos a análise fascinante da precocidade do surgimento da *mídia*, da teatralidade e dos rituais praticados no interior do Antigo Regime francês, fenômenos esses que serviram de instrumentos fundamentais na construção e consolidação do monarca absoluto de maior relevância no Antigo Regime como um todo - Luís XIV, o “Rei-Sol”. No outro exemplo, Ladurie retoma o exercício analítico de uma macro-temática na longa duração, tornando possível perceber o lento processo através do qual se realizou a construção do estado monárquico na França dos Valois. Três grandes expoentes dessa *Nova História Política*, portanto, que, a partir da análise do Estado, contemplam uma releitura dos vários aspectos que permearam a construção de um sistema de governo e de uma cultura política determinada, relacionando ainda essa dimensão com o conjunto da totalidade da sociedade em questão.

Por fim, cabe apenas lembrar Michael Foucault mais uma vez , quando ele diz que “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de estado”²⁹. Seria talvez essa a marca mais forte da Nova História Política, na medida em que o **político** - o Estado e suas instituições - passa a ser estudado sob essa perspectiva mais ampla que caracteriza o **poder**. Esse parece ser, portanto, o desafio maior que aguarda todos aqueles que buscam trabalhar na área de História Política, face a atualidade das propostas de análise presentes na área da História Cultural.

ABSTRACT

After being long relegated to an inferior position, works on political history are now undergoing a phase of recovery of their importance. Not only the old classics are being revisited, but also a new generation of works produced in the field of cultural history are appearing as a result. A new argument on the

²⁸. BURKE, Peter. **A fabricação de Luís XIV**. RJ, Jorge Zahar Editor, 1993 (publicado nos Estados Unidos e Inglaterra em 1992); APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **O rei máquina - espetáculo e política no tempo de Luís XIV**. RJ, José Olympio, 1993 (publicado nesse mesmo ano em França); e LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O estado monárquico: França 1450-1610**. SP, Cia. das Letras, 1994 (publicado em França pela primeira vez em 1987).

²⁹. Foucault, Michael. *Op. cit.*, (1990). p. 221.

anatomy of power has made possible a new look into the process of the modern state building process, which is now no longer understood as the sole form of expression of the political structure of the modern *disciplinary society*.

KEY-WORDS: Power, Politics, Culture

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **O rei máquina - espetáculo e política no tempo de Luís XIV**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1993.
2. BLOCH, March. **Os reis taumaturgos**. São Paulo : Cia. das Letras, 1993.
3. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa : Difel, 1989.
4. BURKE, Peter (org.) **A escrita da História - Novas Perspectivas**. SP, Unesp : 1992.
5. _____. **A fabricação de Luís XIV**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993.
6. BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**. Brasília : UNB, 1991.
7. CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa : Difel, 1987.
8. CHÂTELET, François; DUHAMEL, Oliver; e PISIER, Evelyne. **Dicionário de obras políticas**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1993.
9. ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa : Estampa, 1987.
10. FALCON, Francisco J.C. "A Identidade do Historiador". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 9, (n. 17, 1996): 07-17.
11. FERREIRA, Marieta Moraes. "A nova "velha história": o retorno da história política". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, (n. 10, 1992): 265-271.
12. FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões**. Petrópolis : Vozes, 1977.

13. _____. **Microfísica do poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro : Graal, 1990.
14. HESPANHA, Antônio. **As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político - Portugal, séc. XVII**. Coimbra : Livraria Almedina, 1994.
15. HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo : Martins Fontes, 1992.
17. LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O estado monárquico: França 1450-1610**. São Paulo : Cia. das Letras, 1994.
18. LARA, Marcos. "Presentación". In Bloch, March. **Los reys taumaturgos**. México : Fondo de Cultura Económica, 1988.
19. REMOND, René. "Por que a história política". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7 (n. 13, 1994): 07-19.
20. _____. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.
21. REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa, Difel : 1989.
22. VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 2 ed. Brasília : Unb, 1992.